

DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA: CONCEPÇÕES E FORMAS DE ATENDIMENTO

Ana Caroline Domingos Gryczak (PIC/Uem), Lorena Nalin (PIC/Uem), Gesilaine Mucio Ferreira (Orientador), e-mail: carol_gryczak@hotmail.com, lorenanalin.loh@gmail.com.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Maringá, PR.

Área de conhecimento: Educação. **Subárea:** Educação Especial.

Palavras-chave: deficiência, educação especial, historicidade.

Resumo:

Este estudo objetiva, por meio de pesquisa bibliográfica, conhecer as mudanças produzidas acerca da concepção de deficiência e do atendimento e educação oferecidos às pessoas com deficiência ao longo da história da humanidade, desde os primeiros registros até os dias atuais, relacionando-as com as práticas sociais predominantes em cada momento histórico. A história das pessoas com deficiência foi marcada por diferentes fases, sendo inicialmente de exclusão e de segregação, amparadas em uma visão mítica/sobrenatural de deficiência, para um período de segregação em escolas e classe especiais e, posteriormente, de integração, sustentados por uma concepção médica de deficiência até o discurso e as práticas atuais de inclusão das pessoas com deficiência nas classes comuns do ensino regular fundamentadas por uma concepção social de deficiência.

Introdução

As pessoas com deficiência, ao longo da história da humanidade, receberam diversos tipos de tratamentos. Os registros acerca de tempos mais antigos revelam que alguns povos simplesmente exterminavam-nas, outros, excluía-m-nas ou segregavam-nas do convívio social. A partir da década de 1960 começou a empregar o termo integração para indicar que as pessoas com deficiência podiam participar dos atos da vida civil, e, na atualidade, apregoa-se a inclusão destas pessoas na sociedade (ARANHA, 2005).

Desse modo, não são apenas as coisas materiais que sofrem mudanças, mas também os conceitos, as crenças, o modo de ver as pessoas e o mundo. Mudanças que ocorrem conforme as relações que estabelecemos com as pessoas e com o próprio mundo. Assim, a concepção de deficiência e o atendimento educacional oferecido a essas pessoas ao longo da História é fruto do processo histórico, social, econômico e político de cada época.

Considerando as mudanças históricas descritas, este trabalho tem como objetivo evidenciar as diferentes formas de como a sociedade tem concebido, atendido e educado às pessoas com deficiência, desde os primórdios da humanidade até os dias atuais, por meio de um olhar histórico.

Materiais e métodos

Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico que buscou realizar uma abordagem sobre as diferentes concepções, tratamentos e educação destinados às pessoas com deficiência ao longo da história a partir das relações sociais, econômicas e políticas produzidas pela humanidade.

Resultados e Discussão

Na Antiguidade grega e romana, as crianças que nasciam com deficiência eram excluídas da sociedade, sendo exterminadas mediante abandono. A Bíblia evidencia tal exclusão pois as pessoas com cegueira ou deficiência física são geralmente apresentadas como pedintes ou rejeitados pela sociedade diante do medo de doenças ou por conceberem que elas eram amaldiçoadas pelos deuses (ARANHA, 2005).

Na Idade Média, a deficiência era explicada a partir de uma visão religiosa-cristã, sendo considerada como fruto de ação demoníaca ou de castigo divino. Porém, em função do cristianismo, as pessoas com deficiência não podiam mais ser exterminadas, assim eram segregadas em igrejas e asilos, a margem da sociedade (SILVA, 2015).

De parte da Idade Média até metade do século XX predominou a prática da segregação pautada no paradigma da institucionalização. As pessoas com deficiência eram isoladas em instituições ou escolas especiais para cuidado, proteção e tratamento médico (ARANHA, 2005; PARANÁ, 2006). Com o advento da modernidade, a deficiência passou a ser abordada a partir de um olhar médico, confundida como patologia, o que justificava a segregação.

Nos anos 1960 e 1970 desenvolveram-se o paradigma de serviços e o movimento pela integração das pessoas com deficiência. Visava-se a implementação de serviços de reabilitação das pessoas com deficiência para prepará-las para a integração ou reintegração social (PARANÁ, 2006), de modo que essas pessoas se aproximassem o máximo possível da normalidade e pudessem ser reabilitadas e adaptadas à sociedade.

Na década de 1980, a concepção médica de deficiência passou a ser criticada em defesa de uma concepção social de deficiência que deu sustentação ao paradigma de suportes e ao movimento da inclusão social e escolar. O paradigma de suporte caracteriza-se pela premissa de que os indivíduos com deficiência têm direito à convivência social e de acesso aos recursos disponíveis aos demais cidadãos (ARANHA, 2005). O conceito de inclusão parte da existência de ações conjuntas

entre a sociedade e a pessoa com deficiência e não apenas de um dos lados como requeria o movimento da integração (ARANHA, 2005).

No Brasil, a educação especial teve suas primeiras iniciativas no período do Império por meio de ações específicas voltada para a institucionalização de pessoas com deficiência (JANNUZZI, 2012), havendo, até meados do século XX, o predomínio de entidades assistenciais privadas na oferta de educação especial. A partir da década de 1960, a fim de promover a integração dessas pessoas em todas as instâncias da sociedade, foram criados no país diversos centros de reabilitação para todos os tipos de deficiência pautado no paradigma de serviços (ARANHA, 2005).

Apesar dos movimentos de pessoas com deficiência, sobretudo desde a década de 1980, na luta pelo direito de inclusão social e por amparo legal, até os anos 1990 predominou no país a prática de encaminhar essas pessoas para as escolas e classes especiais, influenciadas por uma concepção médica de deficiência, que buscava a reabilitação dessas pessoas, permitindo que fossem integradas às classes comuns apenas se conseguissem se adaptar ao ensino oferecido por elas. Esta concepção está presente na Política Nacional de Educação Especial, publicada no ano de 1994. Este documento orientou o processo de integração escolar e assegurou o acesso às classes comuns do ensino regular apenas àqueles alunos que possuísssem condições de seguir e realizar as atividades curriculares do ensino comum (BRASIL, 2008).

A partir dos anos 2000 houve a intensificação do movimento de inclusão no país e a aprovação de legislações e programas sobre a educação especial na perspectiva inclusiva, dentre elas, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, a Resolução CNE/CEB nº 04/2009 que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica, o Decreto nº 7.611/2011 que dispõe sobre educação especial e o AEE e a Lei nº 13.146/2015 que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Assim, tal como no cenário mundial, a concepção e o atendimento em relação às pessoas com deficiência no Brasil, foi se modificando ao longo do tempo, passando de uma concepção médica que sustentava práticas de caridade, de assistencialismo, segregação e de integração para uma concepção social que ampara o discurso e as políticas públicas para a inclusão escolar. Nesse cenário de políticas de inclusão, a educação especial, que consistia em um sistema paralelo de ensino, vem se configurando como uma modalidade da educação escolar que deve perpassar todos os níveis e modalidade de ensino.

Conclusões

É possível observar-se que a história das pessoas com deficiência no Brasil e no mundo foi marcada primeiramente pela exclusão dessas pessoas, depois pelo assistencialismo e caridade pautado em práticas de segregação, sendo em seguida permeada por práticas integracionistas cuja inserção social dependia da

normalização da pessoa com deficiência, até chegar ao discurso e a tentativa da inclusão escolar na atualidade. Tais práticas se sustentaram em diferentes concepções de deficiência: desde as míticas/sobrenaturais, a médica até a social.

Apesar dos avanços legais em relação aos direitos educacionais das pessoas com deficiência, é importante ser destacado que não basta o acesso delas às classes comuns do ensino regular. É preciso garantir a elas uma escolarização de qualidade no sentido da emancipação humana. Isso requer um amplo debate sobre as possibilidades de efetivação das políticas públicas de educação especial na perspectiva da inclusão.

Agradecimentos

Agradecemos a nossa querida Professora orientadora Gesilaine Mucio Ferreira, pelos ensinamentos, pelas orientações, pelo suporte, incentivos e por toda atenção concedida para concretização desse trabalho.

Referências

ARANHA, M. S. F. **Projeto escola viva:** garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos. Visão Histórica. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2005.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2008.

JANUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil:** dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos.** Curitiba, 2006.

SILVA, E. C. F. da. **Teologia da inclusão:** A trajetória das pessoas com deficiência na história do Cristianismo. São Paulo: Figueira Digital, 2015.